

CONSELHO DE ORIENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA - COAT /Fundo Municipal do Idoso

100ª Reunião Ordinária

24 de março de 2025

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco foi realizada a 100ª Reunião Ordinária do Conselho de Orientação e Administração Técnica de São Paulo - COAT/SP, de forma presencial nas dependências da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, com início às 14h00, sendo presidida pela Sra. Josefa Anadete dos Santos Silva, representante da SMDHC, e com a presença dos também conselheiros: Sra. Alessandra Gosling, representante suplente da SMDHC, Sr. José Carlos Palacios Munoz, representante da Secretaria Municipal da Fazenda - SF, Sra. Beatriz Fernandes Santos, representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, Sr. Ariovaldo Guello, Sr. Nadir Francisco do Amaral, Sra. Niltes Aparecida Lopes De Souza e Sra. Marisa Accioly Rodrigues Da Costa Domingues, representantes do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - CMI, Sr. Bruno Tadeu da Costa, assessor da Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa - CPPI, e Sra. Tarcia Orestes, assessora do CMI.

A Reunião contou com as seguintes pautas:

1. **Instituto Casa Comum - Processo SEI: 6074.2023/0000421-3 - Projeto "Asas à longevidade – autonomia e segurança".**
Solicitação sobre posicionamento acerca da readequação de metas;
2. **Associação Vem - Ser - Processo SEI: 6074.2023/0000425-6 - Projeto " Academia da Longevidade".**
Solicitação de remanejamento de valores.
3. **Outros Assuntos**

A Sra Josefa Anadete deu por aberta a reunião e a Sra Tarcia iniciou retomando o projeto "Asas à longevidade – autonomia e segurança", debatido na última reunião, porque um dos pontos de pauta não foi debatido mas a decisão deste COAT necessitaria estar comprovada mediante ata. A Sra. Tarcia assim, explicou que a OSC solicitou que as metas entre 2.1 e 8.3 fossem substituídas porque, na realidade, o plano de trabalho havia sido configurado equivocadamente como parte dessas metas. Além disso, foi solicitado que a meta 1.4 não seja mais uma meta, porque a gestora do projeto entendeu que a produção de 5.000 cartazes de divulgação seria apenas um meio de divulgação. O Sr. Ariovaldo perguntou se havia um valor destinado na planilha orçamentária para a realização desses cartazes, e a Sra. Tarcia mostrou que há previsão de serviço de gráfica no orçamento. O Sr. Ariovaldo questionou se, por isso, esses cartazes teriam que ser apresentados, e a Sra. Tarcia informou que seriam apresentados na prestação de contas e que as cartilhas já estão feitas e não tem ligação com esses cartazes, que seriam só de divulgação. O Sr. Ariovaldo quis retomar a decisão aprovada na última reunião de modificar a meta de formação de 540 para 240 pessoas idosas no curso de

Educação Financeira. O Sr. questionou como as turmas seriam readequadas para que só 240 pessoas fossem atingidas. A Sra. Tércia explicou que a gestora continuará aceitando o número de pessoas idosas que quiserem iniciar o curso, e o Sr. Bruno complementou que a meta foi mudada para que não houvesse uma grande discrepância de números entre a quantidade de alunos que iniciaram o curso e os que efetivamente finalizaram, mas que a capacidade de atendimento continua igual. O Sr. Ariovaldo pediu para que fosse explicado qual o significado do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e como este foi aplicado nos projetos selecionados pelo edital 12/2022. O Sr. Bruno mostrou o próprio edital para que pudesse melhor explicar o tópico e explicou que o Sr. Renato Cintra, coordenador da CPPI à época, fez uma classificação de distritos conforme o somatório de pessoas idosas que residiam em setores de média, alta e muita vulnerabilidade, realizado pela Fundação SEADE. Para que ficasse melhor equilibrado, os distritos foram divididos em quatro classificações 2, 3, 4 e 5 (dois, três, quatro e cinco), de acordo com o somatório, com exceção dos distritos de Santa Cecília, República, Pari, Sé e Mooca, que tem classificação 5 (muito alta vulnerabilidade), mesmo tendo um somatório menor em relação aos outros distritos sob a mesma classificação, por conta da concentração de pessoas idosas em situação de rua. Portanto, o Sr. Bruno explicou que essa seria a pontuação que o projeto receberia para fins de classificação no edital. O Sr. Ariovaldo questionou se as pessoas atendidas nas regiões de IPVS 4 e 5 precisam comprovar que fazem parte desse somatório de pessoas vulneráveis socialmente e o Sr. Bruno explicou que não, visto que não foi previsto em edital que os participantes do projeto passariam por uma análise socioeconômica, apenas precisariam residir no território que fizesse parte do escopo do projeto. A Sra. Niltes questionou se os valores apresentados representavam realmente o total de pessoas idosas vulneráveis socialmente em cada distrito e o Sr. Bruno respondeu que sim, de acordo com a pesquisa feita pela Fundação SEADE naquele ano. A Sra. Niltes se mostrou insatisfeita com alguns números apresentados, dizendo parecer um número menor que o real existente. A Sra. Beatriz pontuou que, à época do estudo, pessoas acolhidas por serviços socioassistenciais não contavam mais como em situação de rua. A Sra. Niltes questionou qual conceito de vulnerabilidade a Fundação SEADE considerou e as Sras. Beatriz e Marisa informaram que renda, nível de escolaridade e moradia foram algumas das variáveis utilizadas para a construção do IPVS. O Sr. Ariovaldo voltou ao assunto da cartilha produzida pelo Instituto Casa Comum e se mostrou preocupado quanto ao acompanhamento de conteúdo dos participantes, porque, para o conselheiro, pareceu um material complexo para o entendimento de uma pessoa idosa média, e disse que seria necessário que se atentasse com isso para a utilização do material em outros ambientes, como foi sugerido pela Sra. Rita de Cássia na reunião anterior. O Sr. Ariovaldo ainda disse que é importante que os conselheiros se atentem à relação entre público e demanda para o próximo edital, para que não haja frustração futuramente nos projetos, como se tem visto. O Sr. Bruno se manifestou, destacando que esse processo faz parte da definição das diretrizes do CMI, incluindo a restrição do público-alvo, eixos e linhas de atuação, entre outros aspectos. Ele ressaltou que a comissão do COAT, responsável pelo edital, trabalha com base nessas diretrizes, o que torna fundamental a reflexão sobre o assunto para o próximo edital. O Sr. Ariovaldo pontuou que poderia haver uma maleabilidade no sentido de que os técnicos da CPPI e o próprio COAT pudessem opinar sobre o projeto. O Sr. Bruno respondeu que há maior flexibilidade em projetos de emenda parlamentar porque o fluxo de processo é diferente e desde o início do processo há uma pessoa gestora da parceria focada em atender demandas

da OSC. No caso do FMID, não há tanta liberdade, além do projeto ser aprovado por dois pareceristas que não necessariamente tem o mesmo tipo de especialidade e, portanto, enfocam sua atenção em diferentes áreas do projeto, e por isso é necessário esperar que o Departamento de gestão de parcerias tenha um terceiro olhar e, caso algo esteja em discordância, o processo volta para que o COAT se manifeste. O Sr. Bruno ainda explicou que todo esse fluxo é definido durante a produção do edital e mesmo assim algum detalhe pode ficar impreciso ou omissivo. Por fim, o Sr. Bruno explicou que houve um esforço em aprovar a maior quantidade possível de projetos para que o FMID captasse doações e aumentasse sua receita. O Sr. Ariovaldo assinalou que é importante pensar também quanto a sobrecarga de processos em somente uma pessoa em cada departamento, e como essa realidade é diferente para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente (FUMCAD). A Sra. Alessandra lembrou que o FUMCAD conta com uma Secretária Executiva. O Sr. Ariovaldo disse se preocupar com a aprovação pouco rigorosa de projetos que contam com financiamento de recursos públicos, e que isso deve ser levado como aprendizado e não uma crítica. A Sra. Alessandra concordou. A Sra. Marisa questionou se haverá logo um próximo edital e a Sra. Alessandra informou que a CPPI espera que consiga iniciar o processo de confecção no 2º semestre de 2025, com lançamento em 2026. **Por fim, os conselheiros foram favoráveis à solicitação do Instituto Casa Comum.**

Em seguida, a pauta abordada foi a solicitação de remanejamento de valores do Projeto "Academia da Longevidade". O Sr. Bruno manifestou que, sob seu ponto de vista, a mudança de modelo de contratação de terceiros não impactaria na exequibilidade das metas promovidas e na capacidade de rendimento do projeto. Quanto às dúvidas que apareceram sobre o público alvo do projeto, o Sr. Bruno mostrou que, segundo o objeto do plano de trabalho, serão atendidas 140 pessoas idosas, com ou sem deficiência, sendo 20% desse total já atendidas pela OSC. A Sra. Marisa questionou que tipo de instrumento é utilizado para delinear a deficiência, e o Sr. Bruno respondeu que se lembrava de ler no projeto é feita uma avaliação psicomotora nos participantes. Ele acrescentou ainda que, academicamente, o tipo de pesquisa feita por essa OSC parece estar mais presente em Portugal, levando em conta as referências acadêmicas do projeto. A Sra. Beatriz disse que chamou sua atenção o fato da importância dada no plano de trabalho às atividades aquáticas para a psicomotricidade e a situação da OSC ter solicitado a exclusão de rubrica destinada à locação de piscina. A Sra. Alessandra tomou fala dizendo que, a OSC recentemente iniciou a oferta de um curso de pós graduação e que, provavelmente, no período entre a apresentação do projeto e sua parceria, a OSC construiu uma piscina em seu local de trabalho. A Sra. Beatriz ainda opinou que, na sua visão, ficou confusa a ideia de que 20% dos participantes já estariam inseridos nas atividades da OSC, se diferenciando assim dos outros participantes, com um possível tratamento diferenciado. Sobre isso, o Sr. Bruno disse que o COAT pode questionar a OSC se uma piscina já foi incorporada à sua sede e, por isso, o custeio com esse setor foi retirado do orçamento. Quanto à primeira observação feita pela Sra. Beatriz, o Sr. Bruno alegou que as OSCs, de modo geral, confundem meta e ação, e disse que, no caso desse projeto, não há indicador de impacto, somente indicador de resultado. Nesse sentido, o plano de trabalho não dá conta de responder qual será a efetividade do atendimento de todos os participantes. A Sra. Beatriz disse estranhar que a pesquisa de satisfação seja feita com apenas 90% do público atendido, considerando que é um projeto custeado com recurso público e,

portanto, deveria avaliar a satisfação de 100% dos contemplados. Além disso, a Sra. Beatriz alegou não entender a justificativa de se realizar 30 atendimentos individuais mensalmente, sendo que o projeto conta com 145 participantes. O Sr. Bruno tomou fala dizendo que, baseado na experiência com outros projetos, a OSC pode ter se precavido ao não saber se teria demanda para atendimento individual de 145 pessoas todo mês e, por isso, estabeleceu o valor de 30, que seria atingível como meta, porque caso a meta não fosse atingida, seria necessário fazer uma repactuação assim como foi feito pelo Instituto Casa Comum. O Sr. Ariovaldo se mostrou com dificuldade em entender como a OSC lidaria com as diferentes pessoas a serem atendidas, quais seriam as metas do projeto e qual sua pretensão. A Sra. Marisa disse ter impressão que os chamados “laboratórios” são atividades corporais, cognitivas, artísticas e culturais. Com base na escala a ser preenchida, haverá uma pontuação e a partir disso será possível avaliar qual dessas oficinas beneficia da melhor forma a pessoa idosa inscrita. O Sr. Bruno complementou explicando que o CEDPES, que foi incorporado à CPPI em 2022, tinha uma lógica de funcionamento semelhante. A Sra. Niltes perguntou se ela, enquanto conselheira, poderia visitar a OSC, e o Sr. Bruno disse que sim e a Sra. Alessandra complementou informando que a visita não influenciaria na avaliação que já foi feita sobre o projeto, visto que já foi aprovado pela comissão de seleção. A Sra. Niltes questionou como e porque o custeio com piscina seria retirado do orçamento, e o Sr. Bruno explicou novamente que uma hipótese seria a de que no período entre a apresentação do projeto e sua parcerização, a OSC construiu uma piscina em sua sede e por isso, não precisaria alugar uma mais, mas que uma explicação sobre o assunto poderia ser solicitada à OSC. A Sra. Marisa encontrou virtualmente o instrumento de avaliação psicomotora utilizado pela OSC e enviou a todos os membros da reunião via WhatsApp. A Sra. Beatriz levantou que nenhuma UBS aparecia como ponto de divulgação no plano de trabalho, mesmo que o projeto fosse do eixo de saúde. A Sra. Niltes questionou o porquê de um profissional ganhar R\$ 14.500,00 e o Sr. Ariovaldo esclareceu que esse valor correspondia à avaliação psicomotora, cujo custo seria de cem reais por participante, e que outro profissional seria escalado para acompanhá-los no dia a dia, sob uma remuneração diferente como descrito na planilha.

O Sr. Ariovaldo questionou se DGP estaria de acordo com os valores referentes à contratação de profissionais por RPA devido aos valores dos encargos trabalhistas, e disse que não estava claro se o valor apresentado seria o valor bruto ou líquido a ser pago aos contratados. O Sr. Bruno informou que poderia ser questionado à OSC. Portanto, o Sr. Bruno questionou se os conselheiros prefeririam adiar a deliberação para a próxima reunião, quando já tivessem uma resposta de DGP e da organização, ou prefeririam que parte da solicitação fosse deliberada na presente reunião e o restante fosse deliberado no próximo encontro e os membros do órgão colegiado optaram pela primeira alternativa. **Desse modo, para que a deliberação seja feita, será necessário que a OSC apresente: se os encargos trabalhistas estão incorporados na remuneração dos contratados por RPA; como as atividades aquáticas serão ofertadas, uma vez que o custeio da piscina foi removido do orçamento; e porque serão realizados 30 atendimentos individuais mensalmente segundo a meta 5.** A Sra. Beatriz questionou se o COAT poderia fazer sugestões a um projeto já validado e o Sr. Bruno esclareceu que poderia, caso visse que o projeto poderia ser melhor executado sob algumas modificações. A Sra. Niltes questionou se a OSC poderia recusar as sugestões e o Sr. Bruno confirmou, mas pontuou que a organização necessitaria da aprovação do COAT para dar continuidade ao projeto como

quisesse. Em caso de desaprovação, continuaria seguindo o plano de trabalho original. O Sr. Bruno explicou que muitos projetos realizam solicitações depois de aprovados porque, durante a seleção, a comissão não pode sugerir ajustes aos projetos e, com isso, a necessidade de modificações se mostra futuramente. No tocante a captação de público, o Sr. Bruno informou que, caso o próximo edital não permita que os projetos ocorram em espaços conveniados com SMADS ou SMS, por conseguinte considerará com a captação de público própria das OSCs, fora dos serviços já existentes e, com isso, os projetos correrão risco de não atingir meta ou o número de participantes proposto. A Sra. Beatriz disse que a preocupação é que o projeto seja feito para algo que pode já ter sido custeado, e o Sr. Bruno respondeu que o edital pedia que as organizações relacionassem suas antigas parcerias com a administração pública, mas não previa que apresentassem o objeto das parcerias. A Sra. Niltes questionou se seria possível que os 145 participantes do projeto fossem todos oriundos da própria associação. O Sr. Bruno argumentou que seria um risco possível mas que, à época da seleção, a SMDHC tinha uma posição de contar com a boa fé das organizações cujos projetos foram selecionados. A Sra. Niltes questionou se foi realizada uma visita técnica aos espaços das OSCs para avaliar suas condições e se, caso não, isso poderia ser feito no próximo edital. O Sr. Bruno respondeu que poderia ser feito, mas isso geraria um prolongamento do processo do edital e enfrentaria o dilema sobre quem seriam os responsáveis por realizar essas visitas.

Em seguida, o Sr. Ariovaldo levantou a pauta da divulgação do FMID. O conselheiro disse que esteve no IV Fórum da Assistência Social e que, no evento, pediu espaço para fazer divulgação do FMID mas não tinha material suficiente para distribuir. Com isso, o Sr. Ariovaldo pediu que algum material fosse atualizado para que seja fornecido em diversos locais neste momento de declaração do Imposto de Renda. O conselheiro ainda sugeriu que a divulgação seja feita em conjunto com o FUMCAD. Como último ponto de pauta a ser abordado, o Sr. Ariovaldo questionou se o Instituto Anima havia devolvido os recursos do projeto Universidade Aberta à Pessoa Idosa - Núcleo de Trabalhabilidade Senior. O Sr. Bruno esclareceu que o valor foi devolvido, mas que não teria certeza quanto ao andamento da prestação de contas, visto que isso dependeria de qual portaria estava regendo a parceria. O Sr. Ariovaldo também questionou se as empresas que realizaram aporte foram avisadas de que o projeto teve seu contrato rescindido e o Sr. Bruno respondeu que não e a Sra. Alessandra acrescentou que a própria organização poderia comunicar às empresas. Por fim, o Sr. Ariovaldo trouxe algumas questões a serem respondidas sobre o funcionamento do COAT, para que as respostas pudessem ser apresentadas à Comissão do CMI voltada para o COAT, além de deixá-las registradas no site para informação da população.

Sem mais a ser tratado, a reunião foi encerrada.

São Paulo, 24 de março de 2025

Alessandra Gosling

Ariovaldo Guello

Beatriz Fernandes Santos

José Carlos Palacios Munoz

Josefa Anadete dos Santos Silva

Marisa Accioly Rodrigues Da Costa Domingues

Nadir Francisco do Amaral

Niltes Aparecida Lopes De Souza